

Sarney é peça-chave, admitem parlamentaristas

Josemar Gonçalves

Gerson Menezes

A intensificação das articulações para impedir a implantação do parlamentarismo antes do término do mandato do presidente Sarney teve dois lances de peso ontem: na residência do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), reuniram-se parlamentares de diversas siglas para concluir que o novo sistema de Governo só poderá ser implantado através de um grande acordo que inclua a intermediação do presidente Sarney, que não teria seu mandato prejudicado. Na mesma linha, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), foi ao Palácio do Planalto comunicar a Sarney que vai apresentar projeto instituindo o parlamentarismo apenas depois de cumprido o atual mandato presidencial, o que praticamente "amarrá" uma posição pefelista contra a tese do parlamentarismo já.

Carlos Chiarelli foi escolhido ontem por seu partido para integrar o colégio de "relatores-adjuntos" que ajudará o deputado Bernardo Cabral na elaboração de substitutivos, deixou claro que não votará a favor de uma proposta de parlamentarismo que implique na redução dos poderes de Sarney ou da duração do seu mandato.

Posição

Chiarelli disse que o PFL "nunca teve compromisso com a fórmula apresentada por Cabral" (constante do atual anteprojeto) e muito menos ainda com a ideia de se reduzir o mandato do Presidente da República. Com isso, o senador preserva a posição "histórica" dos parlamentaristas pefelistas, votando a favor dessa forma de Governo, desde que nos moldes pretendidos pelo PFL e Palácio do Planalto. O senador explicou que seu projeto institui o "parlamentarismo puro",

com exceção apenas de um item, em função da "realidade histórica": o primeiro presidente será eleito em pleito direto, e os seguintes em eleição indireta.

Chiarelli justifica sua proposta argumentando que o novo sistema de Governo não pode ser implantado "de forma açodada", uma vez que é preciso aperfeiçoar a estrutura administrativa do País e criar "condições partidárias" para fazer vigorar o novo modelo, que, pelo projeto de Chiarelli, inclui o voto distrital misto com base no modelo alemão. O senador disse ainda que não foi pedir apoio a Sarney mas apenas fazer, por delicadeza, um comunicado antes que a imprensa noticiasse a existência da proposta.

Negociação

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), que participou da reunião na residência do deputado Cid Carvalho e defendeu, um dia antes, a mesma ideia agora contida no projeto de Chiarelli, disse que a conclusão do encontro é de que não há como implantar o parlamentarismo a não ser através de um consenso que parta do pressuposto de que ninguém estaria disposto a comprometer a duração do mandato de Sarney. Ele disse que, da reunião, resultou uma comissão formada por Afonso Arinos (PFL-RJ), José Richa (PMDB-PR) e o próprio Cid Carvalho, que vão negociar a fórmula com Sarney. Acrescentou que a ideia central é de que o Presidente da República participe desse processo de implantação do parlamentarismo, que passaria a vigorar após cumprido o seu mandato. O processo de "transição" para o novo sistema seria assim conduzido por Sarney, o que possibilitaria que a implantação se desse até mesmo um pouco antes do término de seu mandato. O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) já propôs até uma data: 15 de março de 1989.

Sant'Anna anuncia sua emenda

Depois de ir três vezes ao Palácio do Planalto e passar a tarde reunido — em seu gabinete — com o subchefe do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, anunciou sua emenda presidencialista que será apresentada hoje em nome do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) e um grupo suprapartidário de parlamentares. Para garantir a aprovação do presidencialismo na Comissão de Sistematização, como deseja o presidente José Sarney, o líder terá ainda o apoio do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), que apresentará emenda presidencialista onde as prerrogativas do Congresso Nacional serão um pouco diferenciadas.

Com a negativa do Palácio do Planalto em relação a qualquer tipo de parlamentarismo, os interlocutores do presidente José Sarney no Congresso Nacional estão articulando até com partidos de esquerda para aprovar o presidencialismo. Ontem, o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), esteve com o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, que garantiu o voto do partido na Comissão de Sistematização se for garantido o fortalecimento do legislativo.

A emenda dá margem a negociações. Ela prevê que o presidente da República é o chefe de Governo, do Estado e comandante supremo das Forças Armadas. Em contrapartida, devolve ao Congresso Nacional suas prerrogativas.

Fiscalização

Além de ficar responsável por toda matéria legislativa é criada no

Congresso, uma Comissão Permanente Mista que coordenará toda fiscalização da execução financeira e orçamentária do programa de Governo. O Congresso terá ainda poderes para participar de toda área financeira, tendo que respeitar os totais globais do orçamento. Ou seja, poderá fazer repasses de verbas de um Ministério para outro, desde que não altere o teto orçamentário.

O Congresso poderá encaminhar moção de desconfiança contra um ministro — exceto os militares e o do Gabinete Civil. A moção terá que ser aprovada por maioria absoluta e não será aplicada em caso de veto do Presidente da República.

Ulysses

A apresentação da emenda presidencialista contraria pedido feito pelo presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Na quarta-feira, ele procurou o deputado Carlos Sant'Anna para que ele evitasse "o confronto". O líder, no entanto, não acredita mais na possibilidade da negociação e, por isso, pretende decidir no voto a questão.

Para alcançar o seu objetivo, Sant'Anna deverá usar uma estratégia que já está bastante conhecida: apresentar duas emendas fortes, no caso, a do deputado Theodoro Mendes e a de Prisco Viana. Caso sejam derrubadas, terá nas emendas menos conhecidas, apresentadas por parlamentares não identificados com o Palácio do Planalto, a oportunidade de aprovar o presidencialismo na votação dos pedidos de destaque.

Disposição para negociar

O presidente José Sarney vai intensificar as negociações através de seus assessores e de lideranças para chegar a um entendimento na Assembleia Nacional Constituinte. Essas negociações pretendem estabelecer uma sintonia maior entre as diferentes propostas da maioria na Constituinte e do projeto do relator Bernardo Cabral. A informação foi prestada ontem pelo porta-voz da Presidência da República, Frota Neto.

Segundo Frota Neto, a iniciativa tem como objetivo "buscar uma forma de negociação para que se chegue a propostas de substituição de al-

guns itens do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral".

Para o Presidente — frisou Frota Neto — já começa se verificar que há propostas do ponto de vista das maiorias na Constituinte que estão prevalecendo. Verifica-se também, que há anseio tanto do Governo quanto da Aliança de que a futura Constituição responda às expectativas de toda sociedade.

O Porta-voz esclareceu ainda que Sarney aprova um plebiscito para nova Constituição, desde que não se fixe em apenas um item (sistema de governo), mas que se faça sobre todo o texto constitucional.

Fogaça vê falta de grandeza

Salvador — O deputado José Fogaça (PMDB-RS), um dos mais ardorosos defensores do parlamentarismo na Assembleia Nacional Constituinte, acusou o presidente José Sarney de estar se conduzindo mais como um chefe político, do que como um estadista — "como seria o desejável" —, em relação aos temas mais polêmicos da Constituinte, a exemplo do sistema de Governo. O parlamentar gaúcho aconselhou Sarney a seguir o exemplo do presidente Raul Alfonsín, da Argentina.

"Eu fico entristecido e me sinto até diminuído quando vejo o presidente Sarney objetando o advento do parlamentarismo. Principalmente quando nós temos a notícia de que o presidente Raul Alfonsín está enviando agora, no dia 7, ao Congresso Nacional ar-

gentino, uma proposta de emenda à Constituição de 1853, no sentido de implantar um parlamentarismo pelo qual ele próprio abre mão de seus poderes em função de um sistema parlamentar", elogiou Fogaça.

Para Fogaça, o presidente da Argentina aprendeu as vantagens do parlamentarismo "naquela quartelada do Campo de Mayo, quando alguns militares tentaram subverter, ou derrubar o seu governo".

E Raul Alfonsín, "com uma grandeza histórica extraordinária", está assumindo a iniciativa e a responsabilidade de implantar o parlamentarismo na Argentina e iniciar uma nova era em seu País. "Que coisa triste não ver esta mesma grandeza no nosso Presidente", lastimou Fogaça.



Afonso Arinos fará parte da comissão que pretende negociar com Sarney uma nova fórmula para o sistema de Governo

Newton substituirá suplentes para aprovar presidencialismo

Rubem Azevedo Lima

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, de comum acordo com o Palácio do Planalto — a pedido da assessoria política do presidente José Sarney — vai dispensar provisoriamente de seu secretariado quatro deputados federais do PMDB, para que todos votem na Constituinte em favor do presidencialismo.

Os atuais deputados peemedebistas em cargos de secretário do governador Cardoso são Luís Leal, Melo Freire, Genésio Bernardino e José da Conceição Santos. Em consequência da volta dos parlamentares à Assembleia Nacional Constituinte, deixarão de exercer o mandato os seguintes suplentes do PMDB mineiro: Israel Pinheiro Filho, Mendonça Moraes, Paulo Almada e Sérgio Nahia.

A rigor, dos quatro suplentes em exercício, apenas o deputado Israel Pinheiro Filho é favorável ao parlamentarismo. Como, no entanto, Israel é o primeiro suplente, a manobra presidencialista precisou

dispensar todos os demais, para surtir efeito.

Entre os constituintes, a decisão do Governo de recorrer a esse artifício gerou reações contraditórias, embora todas de insatisfação. De um lado, os conservadores ficaram descontentes porque perderiam o voto de Mendonça de Moraes, na defesa de uma reforma agrária limitada. Em contrapartida, os parlamentaristas acharam que o Governo estava baixando o nível das controvérsias políticas, na Constituinte.

A propósito, recordava-se que esse tipo de manobra parlamentar, com o objetivo de modificar o quorum de votação em questões controvertidas, fora utilizado algumas vezes, no passado, com maus resultados. Em 1968, por exemplo, isso aconteceu em dois episódios legislativos. Na CPI da Câmara, que então investigava a invasão da Universidade de Brasília, por tropas da Polícia Militar, a liderança do partido governista, à época, retirou daquela comissão deputados da Arena que procuravam aprofundar

as investigações em torno do caso. Apesar disso, a CPI concluiu pela prática de violência descabida, contra os estudantes da UnB. No final daquele ano, o líder Geraldo Freire, da Arena, tomou idêntica providência na Comissão de Justiça da Câmara, quando este órgão ia dar parecer sobre o pedido de licença formulado pelos ministros militares, para processar o então deputado Márcio Moreira Alves, por palavras proferidas da tribuna, consideradas ofensivas às Forças Armadas.

Por escolha pessoal do líder, os juristas do partido na Comissão foram substituídos por profissionais liberais sem nenhum vínculo com o Direito. Alguns dos membros escolhidos especialmente para a votação da licença eram dentistas, veterinários e engenheiros. Apesar da manobra, a licença foi deferida na Comissão, mas acabou flagrantemente derrotada em plenário, onde prevaleceu a insatisfação dos que não concordaram com o comportamento do líder Geraldo Freire.



Newton imporá debate



Quércia articulou a reunião

Sistema de Governo reúne governadores

São Paulo — Todos os governadores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com exceção de Henrique Santillo (GO), estarão reunidos hoje, em Florianópolis, para discutir a situação econômica e política do País, especialmente sobre as questões ligadas à reforma tributária e ao sistema de Governo. Na última segunda-feira, os governadores Orestes Quércia (SP) e Pedro Ivo (SC) se encontraram para acertar os detalhes da pauta que será colocada em discussão. Mas o governador José Aparecido (DF), que almoçou ontem com Quércia e que o acompanha na viagem para Santa Catarina, deixou claro ser contra uma proposta que será apresentada na reunião: a de realização de um plebiscito, até 90 dias após a promulgação da Constituição, de forma a permitir que a população decida o regime de Governo que prefere.

Newton vê garrote

Ao sentar-se hoje à mesa com os outros governadores do Centro-Sul, o governador Newton Cardoso vai tirar da pasta de couro marrom que sempre o acompanha, um documento com o qual pretende alterar a pauta da reunião. Nele está assinalado que as últimas medidas econômicas do Plano Bresser estão destinadas a garantir o esforço dos governadores de traduzir em obras os compromissos da última campanha eleitoral.

Simon discorda do plebiscito

Porto Alegre — Embora reserve três horas por dia apenas para contatos telefônicos com todo o País, o governador Pedro Simon não participou da articulação do encontro de dez governadores hoje, em Florianópolis. A ideia de discutir as relações dos estados com o Governo Federal e de examinar questões políticas, com a proposta de um plebiscito sobre o sistema de Governo, partiu do próprio anfitrião. O catarinense Pedro Ivo Campos está interessado em melhorar seu prestígio junto aos demais colegas e a própria União. "Talvez eu seja quem esteja mais por fora dessa reunião", confessou, ontem, Simon.

Apesar de sua conhecida habilidade para o trato destas questões — afinal, foi um dos responsáveis pelo movimento deflagrado por todos os secretários da Fazenda, do presidencialismo — ainda

Com a convicção de que o nó górdio dos governadores, no seu papel de sustentação das medidas do presidente José Sarney, está nas dificuldades de ordem econômica, Cardoso tudo fará para que o encontro trate menos de política e mais de finanças. "Não adianta falarmos de parlamentarismo, presidencialismo, plebiscito se não pudermos cumprir os objetivos administrativos", justifica o governador. O raciocínio é linear: sem poder fazer o que prometeram na campanha, os governadores perdem força junto ao eleitorado e junto às suas bancadas e na Constituinte, portanto não podem oferecer apoio ao Presidente da República.

Com essa ideia na cabeça e o documento na mão Newton Cardoso propôs que os governadores do Centro-Sul façam um documento para ser enviado ao Presidente da República, com quem pretende se encontrar na próxima semana, pedindo a revisão de algumas medidas adotadas pelo ministro Bresser Pereira na última reunião do ministério, principalmente no que diz respeito à rolagem da dívida interna dos estados e na possibilidade de adiantamento de receitas por parte dos bancos oficiais, como determina a resolução do Banco Central 1.389. Este o ponto fundamental da reação de Cardoso.

PT fracassa

Fracassou totalmente a passeata pelas eleições diretas para Presidente convocada pelos dirigentes do PT, PDT, PSB e PFL, que integram o Comitê Pró-Diretas do Piauí. Somente 12 pessoas, entre elas sete dirigentes dos partidos que foram o comitê, compareceram ao local onde deveria se iniciar a passeata pelas Diretas Já — praça Landri Sales, no centro comercial de Teresina.

Corpo a corpo

Insatisfeito com o artigo 348 do Projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral, que permite à União intervir e desapropriar serviços de saúde privados, o oftalmologista mineiro Hilton Rocha, que foi convocado pelo ex-presidente Tancredo Neves para a Comissão Afonso Arinos, resolveu entrar no corpo a corpo junto aos constituintes, a quem pedirá nos próximos dias que assumam posição contrária às propostas.

Manter sistema

O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, disse que o sistema político para o Brasil deve continuar sendo o presidencialismo. Alinhando razões históricas e mostrando exemplos mal sucedidos, como no período de João Goulart, o ex-vice-Presidente da República disse que a Nação ainda não tem partidos fortes e estrutura para um regime parlamentarista, onde as crises eventuais implicaram em queda de governos e paralisação da administração e seus programas.

Brizola na PB

O ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, chega hoje a João Pessoa, onde participa, às 16h00, de uma sessão especial na Assembleia Legislativa do Estado, convocada pelo seu presidente, o deputado José Fernandes de Lima. O anúncio da visita de Brizola à Paraíba foi feito pelo deputado Francisco Evangelista, presidente regional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual o ex-governador é fundador.

Contra isenção

Com o apoio dos demais partidos de oposição, o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, apresentará, hoje, emenda supressiva à alínea "c" do parágrafo oitavo do artigo 209 do substitutivo Bernardo Cabral, que concede isenção do Imposto Sobre Serviços às empresas de transportes coletivos de áreas metropolitanas e microrregiões. Ex-secretário de Transportes do Rio de Janeiro, Brandão Monteiro considera "um absurdo" que se conceda isenção aos empresários de transportes, acreditando que, "tornado público o teor desse privilégio que se pretende estabelecer, o relator Bernardo Cabral acabara retirando aquele dispositivo do substitutivo.

Diretas têm novo comício em Pernambuco

Recife — Em Pernambuco será realizado hoje o segundo comício no Estado, pelas eleições diretas presidenciais em 88. Desta vez, em Recife, a partir das 19h00, no Largo de Santo Amaro, com capacidade para abrigar 50 mil pessoas. Os presidentes nacionais do PDT, Leonel Brizola; do PT, Luis Inácio Lula da Silva; do PV, Fernando Gabeira; do PSB, Jamil Haddad, e do PC do B, João Amazonas, já confirmaram presença.

O comício está sendo organizado por estes partidos e mais o PL, PH, PCB e integrantes do PMDB, como o senador Mansueto de Lavor e os deputados federais Fernando Lyra, Cristina Tavares e Maurílio Ferreira Lima. A exemplo do comício de Caruaru, no Agreste, realizado há um mês, o governador Miguel Arraes também não comparecerá ao de hoje.

O prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, é um dos oradores inscritos. A prefeitura também patrocina o palanque e a iluminação. Porém, alegou ter tido dificuldades para conseguir ônibus para colocar à disposição da população.

Os partidos que integram o comitê pró-diretas estão mobilizando a população, através de carros de som e convites impressos que estão sendo distribuídos nas ruas. Hoje no final da tarde, Lula vai liberar uma caminhada pelo centro da cidade, convocando todos para o encontro da noite.

Arraes entende que hora é inadequada

Recife — "Não é hora de subir nos palanques" — afirmou o governador Miguel Arraes ao justificar ontem a sua ausência do comício das diretas para Presidente que se realiza hoje no Recife.

Segundo Arraes, "é preciso esperar a nova Constituição e analisar o rumo que ela vai tomar para definir o futuro do País". Ele acha que depois disso o povo dará a orientação que o Brasil deve seguir, só se justificando ou não a realização de campanhas por diretas para Presidente.

O distanciamento de Arraes e a falta de entusiasmo do prefeito Jarbas Vasconcelos, que vai ao palanque mas não está fazendo esforço para que o povo compareça, poderá levar a um fracasso o comício do Recife, dois anos depois que mais de 10 mil pessoas foram à praça pública pedir as diretas com o apoio logístico do então governador Roberto Magalhães e a adesão total do PMDB.

Reação levará às eleições, diz Lyra

Belo Horizonte — "Apesar de todo o fisiologismo e da corrupção do Governo em busca do mandato de cinco anos, ainda será possível uma reação da Constituinte favorável à realização de eleição presidencial no próximo ano", afirmou ontem o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), ao participar de um comício pelas "Diretas-Já", no centro de Belo Horizonte. Lyra disse que, para ele, "o presidente Sarney saíra amanhã do cargo que ocupa", mas a próxima eleição presidencial, "dentro de um quadro realista, não deve ocorrer antes de maio de 1988".

O deputado pernambucano, ex-ministro da Justiça, condenou "a intolerável intromissão do presidente Sarney nos trabalhos da Constituinte, com o objetivo de ampliar sua permanência no cargo". Disse que esse procedimento do presidente "fere os princípios de qualquer democracia" e ao mesmo tempo demonstra que "a transição que o País vive é aquela do militarismo explícito para o militarismo implícito". "Até hoje ninguém sabe se as recentes declarações do ministro Leônidas Pires Gonçalves foram um recado ao presidente Sarney ou do presidente Sarney", ressaltou.

Lyra, depois de lembrar que foi ministro de Tancredo Neves, afirmou que "a Nova República criada pelo ex-presidente está trazendo a Nação brasileira, porque quer deixar a transição no meio do caminho. O presidente Sarney não está conduzindo a transição que ajudamos a construir", frisou o ex-ministro.